

# **Usina Paulista Queluz de Energia S.A.**

Demonstrações contábeis  
31 de dezembro de 2020

## Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	10



São Paulo Corporate Towers  
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,  
1909  
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,  
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000  
ey.com.br

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
**Usina Paulista Queluz de Energia S.A.**  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Usina Paulista Queluz de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes**

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 2.6 às demonstrações financeiras, que descreve que, em decorrência do reconhecimento de depreciação, atualização monetária dos saldos de GSF e reclassificação de títulos e valores mobiliários, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro). Adicionalmente, o exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (correspondente a 1º de janeiro de 2019), preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa nº 2.6, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 8 de março de 2019. Como parte de nossos procedimentos de auditoria das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 2.6 que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018 (correspondente a 1º de janeiro de 2019). Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2018 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações contábeis de 2018 tomadas em conjunto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de maio de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Rita de C. S. Freitas', written over a faint circular stamp or watermark.

Rita de C. S. Freitas  
CRC 1SP214160/O-5

## Usina Paulista Queluz de Energia S.A.

### Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019	01/01/2019
			Reapresentado	Reapresentado
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
		<b>114.001</b>	<b>94.503</b>	<b>82.231</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.801	24.821	36.778
Investimentos de curto prazo	5	37.351	22.129	-
Contas a receber de clientes	7	65.478	47.253	45.386
Impostos e contribuições sociais a compensar		79	5	5
Despesas pagas antecipadamente		282	262	3
Outros ativos		10	33	59
		<b>251.817</b>	<b>260.615</b>	<b>251.587</b>
<b>Não circulante</b>				
Títulos e valores mobiliários	6	3.994	5.377	5.072
Depósitos judiciais		18	18	18
Imobilizado	8	247.805	255.220	246.482
Intangível		-	-	15
		<b>365.818</b>	<b>355.118</b>	<b>333.818</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
		<b>142.214</b>	<b>125.449</b>	<b>89.734</b>
Fornecedores	9	82.981	71.255	49.342
Empréstimos e financiamentos	10	11.945	11.991	11.987
Arrendamentos	14.1	40	55	-
Salários, férias e encargos sociais		990	132	157
Impostos e contribuições sociais a recolher	11	4.387	1.487	1.548
Dividendos declarados	14.1	35.144	33.425	19.632
Provisões de constituição de ativos	12	6.706	6.706	6.777
Outros passivos		21	398	291
		<b>40.858</b>	<b>52.443</b>	<b>63.914</b>
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	10	36.412	48.221	59.847
Arrendamentos	14.1	115	156	-
Provisões de constituição de ativos	12	4.031	4.031	4.032
Provisão para contingências	13	300	35	35
		<b>182.746</b>	<b>177.226</b>	<b>180.170</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social		126.744	126.744	126.744
Reservas de lucro		56.002	50.482	53.426
		<b>365.818</b>	<b>355.118</b>	<b>333.818</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Usina Paulista Queluz de Energia S.A.

### Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
			Representado
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>16</b>	<b>52.428</b>	<b>62.121</b>
<b>Custos operacionais</b>			
Compra de energia elétrica		(8.018)	(24.999)
Custos dos serviços prestados		(4.359)	(4.606)
Encargos de uso da rede básica		(863)	(405)
Depreciação e amortização		(7.434)	(7.421)
	<b>17</b>	<b>(20.674)</b>	<b>(37.431)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>31.754</b>	<b>24.690</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Administrativas e gerais		(1.127)	(653)
Depreciação e amortização		(58)	(75)
Pessoal		(410)	(342)
Honorários da diretoria e conselho de administração	<b>14.3</b>	(1.001)	(683)
Outas Receitas Operacionais		11	-
	<b>17</b>	<b>(2.585)</b>	<b>(1.753)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>29.169</b>	<b>22.937</b>
Despesas financeiras	<b>18</b>	(20.178)	(8.147)
Receitas financeiras	<b>18</b>	1.335	3.717
		<b>(18.843)</b>	<b>(4.430)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>10.326</b>	<b>18.507</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>19</b>	(3.087)	(2.999)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>7.239</b>	<b>15.508</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**Usina Paulista Queluz de Energia S.A.**

**Demonstração do resultado abrangente**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
		Reapresentado
<b>Lucro líquido do exercício</b>	7.239	15.508
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>7.239</b>	<b>15.508</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Usina Paulista Queluz de Energia S.A.**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

	<b>Capital social</b>	<b>Reserva legal</b>	<b>Reserva de lucro</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2019 (reapresentado)</b>	<b>126.744</b>	<b>5.425</b>	<b>48.001</b>	<b>-</b>	<b>180.170</b>
Dividendos declarados	-	-	(13.977)	-	(13.977)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.508	15.508
Reserva Legal	-	942	-	(942)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(4.475)	(4.475)
Lucro remanescente a disposição da assembleia	-	-	10.091	(10.091)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019 (reapresentado)</b>	<b>126.744</b>	<b>6.367</b>	<b>44.115</b>	<b>-</b>	<b>177.226</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	7.239	7.239
Reserva Legal	-	362	-	(362)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(1.719)	(1.719)
Lucro remanescente a disposição da assembleia	-	-	5.158	(5.158)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>126.744</b>	<b>6.729</b>	<b>49.273</b>	<b>-</b>	<b>182.746</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Usina Paulista Queluz de Energia S.A.

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
			Reapresentado
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucros antes do imposto de renda e da contribuição social		10.326	18.507
<b>Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa</b>			
Depreciação	8	7.492	7.496
Encargos de dívidas	10	3.825	5.290
Encargos de dívidas arrendamentos		15	21
Receita de aplicações financeiras		(599)	(305)
Descontos financeiros obtidos		-	(1.087)
Atualização monetária		15.799	2.804
Provisões para contingências		265	-
		<b>37.123</b>	<b>32.726</b>
<b>Redução no ativo</b>			
Contas a receber de clientes		(18.225)	(1.867)
Impostos e contribuições sociais a compensar		(74)	-
Adiantamento a fornecedores		23	-
Despesas pagas antecipadamente		(20)	(259)
Outros ativos circulantes e não circulantes		1	26
		<b>(18.295)</b>	<b>(2.100)</b>
<b>Redução no passivo</b>			
Fornecedores		(4.074)	19.109
Partes Relacionadas		6	-
Salários, férias a pagar		342	(26)
Tributos e contribuições sociais a recolher		1.119	(61)
Provisões de constituição de ativos		-	(71)
Outros passivos circulantes e não circulantes		4	937
		<b>(2.603)</b>	<b>19.888</b>
<b>Impostos e contribuições pagos sobre o lucro</b>		<b>(1.173)</b>	<b>(2.742)</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>15.052</b>	<b>47.772</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Resgates em títulos e valores mobiliários		5.439	-
Resgates em investimentos de curto prazo		11.176	-
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(3.977)	-
Aplicações em investimentos de curto prazo		(25.879)	(22.129)
Adições no imobilizado	8	(78)	(15.958)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(13.319)</b>	<b>(38.087)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Pagamentos de dividendos		-	(4.659)
Amortização de principal arrendamentos		(58)	(50)
Amortização de juros de arrendamentos		(15)	(21)
Amortização de principal do financiamento	10	(11.808)	(11.803)
Pagamento de juros do financiamento	10	(3.872)	(5.109)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(15.753)</b>	<b>(21.642)</b>
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(14.020)</b>	<b>(11.957)</b>
<b>Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa</b>			
Saldo no início do exercício	4	24.821	36.778
Saldo no final do exercício	4	10.801	24.821
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(14.020)</b>	<b>(11.957)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# **Notas explicativas às demonstrações contábeis financeiras**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de forma diferente)*

## **1 Informações gerais**

A Usina Paulista Queluz de Energia S.A. é uma “Sociedade de Propósito Específico - SPE”, tendo como objetivo social construir, implantar, operar e manter as instalações da Pequena Central Hidrelétrica Queluz - PCH, explorando o potencial de energia hidrelétrica do Rio Paraíba do Sul e a atividade de comercialização dessa energia, na qualidade de produtora independente. A Usina encontra-se instalada no município de Queluz - SP, limite entre os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. A sede social da empresa está localizada na rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 15º andar, conj. 151, sala L, São Paulo - SP.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) através da Resolução Autorizativa nº 139/2004, de 6 de abril de 2004, autorizou a implantação e exploração da PCH Queluz pela empresa Empreendimentos Patrimoniais Santa Gisele Ltda. Esta autorização foi transferida para a SPE Usina Paulista Queluz de Energia S/A através da Resolução nº 715/2006, de 3 de outubro de 2006. Através da Resolução nº 1005/2007, de 14 de agosto de 2007, a ANEEL anuiu a transferência do controle societário para a Alupar Investimento S/A.

A Usina possui duas turbinas com potência equivalente a 15 MW cada. Em 12 de agosto de 2011, através do Despacho nº 3.284, foi liberada a unidade geradora UG2. Em 07 de julho de 2012, através do Despacho nº 2.236, foi liberada a unidade geradora UG1. A Companhia passou a contar com potência instalada total de 30 MW, cuja geração efetiva atende a despacho do Operador Nacional do Sistema - ONS. As atividades de geração, operação e comercialização de energia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, e a atividade de operação pelo ONS - responsável por operar o Sistema Interligado Nacional - SIN. A autorização de exploração da Usina vigorará pelo prazo de trinta anos, a contar da data da sua publicação (até 2034).

A autorização de exploração estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

### **1.1 Impactos do COVID 19**

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional, observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Tendo em vista a disseminação do vírus, foi criado um Comitê de Crise Emergencial, responsável pelo Planejamento de Contingências para lidar com a presente situação. Este Comitê tem acompanhado a evolução da situação e tomado medidas de carácter preventivo, tais como: suspensão de viagens; período de quarentena para todos os colaboradores que regressem de viagem internacional, mesmo para os que não apresentem sintomas da doença; restrição de reuniões presenciais, priorizando o uso de tecnologia para sua viabilização de maneira remota; instituição do regime de trabalho de home office, sendo todos os colaboradores do escritório corporativo habilitados para exercerem suas atividades remotamente, a fim de evitar a concentração de pessoas; ampliação do home office às unidades operacionais, para todas as funções cuja natureza do trabalho possa ser realizada remotamente; intensificação da

comunicação sobre a pandemia aos colaboradores; disponibilização de álcool gel e máscaras; intensificação da assepsia de todos os ambientes dos escritórios e centro de operação; treinamentos on-lines para uso de ferramentas que promovam e garantam a continuidade das entregas, aproximando as pessoas, de modo que se adaptem mais rapidamente à fase integral de trabalho remoto.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos em renda fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

A Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos contratos do ambiente livre, não apresentando risco de demanda. A administração da Companhia avaliou o risco de realização de seus recebíveis e observou que não houve inadimplência em decorrência do COVID-19 no exercício de 2020 e, até o momento, não são esperadas perdas futuras atreladas a recebíveis.

Em 18 de maio de 2020 a ANEEL publicou o Decreto nº 10.350/2020, que cria a Conta-COVID, medida para socorrer o setor elétrico dos impactos da crise causada pelo coronavírus. Essa conta irá receber recursos de empréstimos bancários contratados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e destinados à cobertura de déficits ou à antecipação de receitas, total ou parcial, das distribuidoras, de forma a equilibrar o caixa das mesmas. Com isso, fica garantida a manutenção do fluxo de recursos para as geradoras, mitigando o risco de futura inadimplência. Em 23 de junho de 2020 a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta-COVID.

De forma a garantir o capital de giro, a Companhia, com base nas Portarias nº 139 e nº 245, emitidas pelo Ministério da Economia, em 3 de abril de 2020 e 15 de junho de 2020, respectivamente, prorrogaram o recolhimento da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS relativas às competências de março a maio de 2020, as mesmas foram pagas nos mesmos prazos de vencimento das contribuições devidas nas competências de julho a outubro de 2020.

Com base na avaliação acima, até o momento não houve impacto relevante na Companhia que pudesse requerer alguma mensuração e/ou divulgação nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2020.

## **1.2 Repactuação do GSF (Generation Scaling Factor) – Geradoras**

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei nº 14.052 que estabelece novas condições para repactuação do risco hidrológico assumido pelas usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), nos últimos anos. O objetivo dessa lei é compensar as usinas hidrelétricas por tais riscos cujos efeitos estão relacionados à antecipação da garantia física dos empreendimentos de geração denominados estruturantes, bem como do atraso na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração de energia desses empreendimentos, além da geração térmica fora da ordem de mérito. Essa Lei foi regulamentada pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 895 de 1º de dezembro de 2020, que estabeleceu a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), considerando a geração potencial

de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes, caso não houvesse restrição ao escoamento da energia, e o preço da energia no mercado de curto prazo no momento da restrição.

A compensação aos geradores hidroelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, limitada ao prazo de sete anos, e estará condicionada a desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao MRE pelos agentes elegíveis, não havendo previsão de pagamento de prêmio de risco e deve ser homologada pela ANEEL.

A Companhia tem direito a essa repactuação e possui saldo de GSF a pagar, em decorrência de liminar obtida junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), a qual suspendeu o pagamento do GSF do período de 1º de julho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018, cujos valores provisionados estão divulgados na nota explicativa nº 9.

Com base em todos os parâmetros definidos nessa Resolução, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE efetuou os cálculos e disponibilizou a ANEEL e ao mercado, no dia 2 de março de 2021, a compensação aplicável aos agentes titulares das geradoras participantes do MRE, com outorga vigente na data de publicação da Lei.

A extensão dos prazos de outorga e os valor envolvido relacionados á Companhia estão representados abaixo:

Extensão do Prazo de Outorga (mês)	Valor
49	16.616

A ANEEL havia previsto efetuar a homologação dos cálculos e dos valores apresentados pela CCEE até o dia 2 de abril de 2021, porém até a divulgação desta demonstração contábil a Aneel ainda não se pronunciou.

A Companhia aguarda a apuração final dos valores envolvidos, que depende da homologação do poder concedente e a conseqüente formalização da Administração para proceder ao reconhecimento contábil, como um intangível em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica.

## **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 13 de maio de 2021.

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## **2.2 Base de preparação e apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, mensurados ao valor justo.

## **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de Reais (R\$). A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

## **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e adote premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. A liquidação das transações que envolvem estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências e de constituição de ativos.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 - Contas a receber de clientes: registro de estimativa relacionada a complemento ou provisão de receita dos últimos dois meses do exercício, decorrente da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”);
- Nota 14 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda e magnitude das saídas de recursos esperada.

## **2.5 Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez em 2020**

As seguintes normas alteradas e interpretações são efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS (CPC 00);
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15 (R1));
- Definição de materialidade (alterações ao CPC 26 (R1) e CPC 23);
- Reforma da taxa de juros de referência (alterações ao CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48); e
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento. (alterações ao CPC 06 (R2)).

A Companhia avaliou e adotou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações contábeis.

## 2.6 Reapresentação dos valores correspondentes

A Administração da Companhia está ajustando e reapresentando os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 1º de janeiro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, em função do reconhecimento de (i) depreciação do imobilizado; (ii) complemento de atualização monetária sobre o passivo do GSF (iii) reclassificação de títulos e valores mobiliários referentes a exercícios anteriores. Esses ajustes estão sendo apresentados retroativamente em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro e CPC 26(R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis e produziram os seguintes impactos em relação aos valores anteriormente apresentados:

	Patrimônio Líquido		Resultado
	31/12/2019	01/01/2019	31/12/2019
<b>Saldos originalmente apresentados</b>	186.331	185.942	18.841
(i) Complemento de depreciação e amortização acumulada	(3.971)	(3.442)	(529)
(ii) Complemento de atualização monetária GSF	(5.134)	(2.330)	(2.804)
<b>Saldos reapresentados</b>	<b>177.226</b>	<b>180.170</b>	<b>15.508</b>

	31/12/2019			a		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>	<b>94.503</b>	-	<b>94.503</b>	<b>87.303</b>	<b>(5.072)</b>	<b>82.231</b>
Outros ativos	94.503	-	-	82.231	-	82.231
Títulos e valores mobiliários	(iii) -	-	-	5.072	(5.072)	-
<b>Não circulante</b>	<b>264.586</b>	<b>(3.971)</b>	<b>260.615</b>	<b>249.957</b>	<b>1.630</b>	<b>251.587</b>
Outros ativos	5.395	-	5.395	33	-	33
Títulos e valores mobiliários	(iii) -	-	-	-	5.072	5.072
Imobilizado	(i) 259.191	(3.971)	255.220	249.924	(3.442)	246.482
<b>Total do ativo</b>	<b>359.089</b>	<b>(3.971)</b>	<b>355.118</b>	<b>337.260</b>	<b>(3.442)</b>	<b>333.818</b>
<b>Passivo</b>						
<b>Circulante</b>	<b>120.315</b>	<b>5.134</b>	<b>125.449</b>	<b>87.404</b>	<b>2.330</b>	<b>89.734</b>
Outros passivos	54.194	-	54.194	40.392	-	40.392
Fornecedores	(ii) 66.121	5.134	71.255	47.012	2.330	49.342
Não circulante	52.443	-	52.443	63.914	-	63.914
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>186.331</b>	<b>(9.105)</b>	<b>177.226</b>	<b>185.942</b>	<b>(5.772)</b>	<b>180.170</b>
Capital social	126.744	-	126.744	126.744	-	126.744
Reservas de lucros	(i e ii) 59.587	(9.105)	50.482	59.198	(5.772)	53.426
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>359.089</b>	<b>(9.105)</b>	<b>355.118</b>	<b>337.260</b>	<b>(5.772)</b>	<b>333.818</b>



	31/12/2019		
	Original	Ajustes	Reapresentado
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>62.121</b>	-	<b>62.121</b>
<b>Custos operacionais</b>			
Outros Custos operacionais	(30.010)	-	(30.010)
Depreciação e amortização	(i) (6.892)	(529)	(7.421)
	<b>(36.902)</b>	<b>(529)</b>	<b>(37.431)</b>
<b>Lucro bruto</b>	<b>25.219</b>	<b>(529)</b>	<b>24.690</b>
<b>Despesas operacionais</b>	(1.753)	-	(1.753)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>23.466</b>	<b>(529)</b>	<b>22.937</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(1.626)</b>	<b>(2.804)</b>	<b>(4.430)</b>
Despesas Financeiras	(ii) (5.343)	(2.804)	(8.147)
Receitas financeiras	3.717	-	3.717
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>21.840</b>	<b>(3.333)</b>	<b>18.507</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.999)	-	(2.999)
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>18.841</b>	<b>(3.333)</b>	<b>15.508</b>

		31/12/2019		
		Original	Ajustes	Reapresentado
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(i e ii)	21.840	(3.333)	18.507
<b>Itens que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</b>				
Depreciação e amortização	(i)	6.967	529	7.496
Atualização monetária	(ii)	-	2.804	2.804
Outros		3.919	-	3.919
		<b>32.726</b>	<b>-</b>	<b>32.726</b>
<b>Redução (aumento) no ativo</b>		<b>(2.100)</b>	<b>-</b>	<b>(2.100)</b>
<b>Aumento (redução) no passivo</b>		<b>19.888</b>	<b>-</b>	<b>19.888</b>
Fornecedores		19.109	-	19.109
Outros		779	-	779
<b>Impostos e contribuições pagos sobre o lucro</b>		<b>(2.742)</b>	<b>-</b>	<b>(2.742)</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>47.772</b>	<b>-</b>	<b>47.772</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de investimentos</b>		<b>(38.087)</b>	<b>-</b>	<b>(38.087)</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(21.642)</b>	<b>-</b>	<b>(21.642)</b>
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(11.957)</b>	<b>-</b>	<b>(11.957)</b>
<b>Demonstração do aumento líquido no caixa e equivalente de caixa</b>				
Saldo no início do período		36.778	-	36.778
Saldo no final do período		24.821	-	24.821
<b>Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(11.957)</b>	<b>-</b>	<b>(11.957)</b>

### 3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

#### 3.1 Instrumentos financeiros

##### **Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foi originado. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

##### **Classificação e mensuração subsequente**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR (valor justo através do resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, VJORA ou VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

##### ***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:***

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

***Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:***

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

***Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

**Desreconhecimento**

***Ativos financeiros***

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

***Passivos financeiros***

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **3.2 Redução ao valor recuperável**

### **Ativos financeiros não-derivativos**

#### ***Instrumentos financeiros***

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

#### ***Mensuração das perdas de crédito esperadas***

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

#### ***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial***

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### ***Baixa***

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

### **Ativos não financeiros**

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC.

### **3.3 Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões de contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **3.4 Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

### **3.5 Intangível**

O ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

### **3.6 Tributação**

#### ***Impostos sobre as vendas***

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses impostos e contribuições são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos da receita de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

### ***Imposto de renda e contribuição social – correntes***

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

### **3.7 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica**

A Companhia, em conformidade com a Lei 9.427.1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia.

### **3.8 Receita de geração de energia elétrica**

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) satisfação as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, no qual foi destinado 21,4 MW médio equivalente a 71% da garantia física, cujo preço médio de venda atualizado em dezembro de 2020 é de R\$ 258,71 MW/h (R\$ 255,70 em 2019), reajustado pelo IPCA, e pelo período de suprimento de 30 anos contados a partir de 2004.

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida de pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

### **3.9 Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são desembolsos diretamente atrelados à obtenção de recursos financeiros.

### **3.10 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração	31/12/2020	31/12/2019
Numerário disponível	-	2.447	8
Aplicações financeiras automáticas	Até 20,00 % do CDI	3.303	91
Certificados de depósitos bancários	98 % do CDI	5.051	24.722
		<b>10.801</b>	<b>24.821</b>

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. Os Certificados de Depósitos Bancários – CDB são realizados com instituições do mercado financeiro nacional e possuem liquidez imediata.

## 5 Investimentos de curto prazo

	31/12/2020	31/12/2019
Fundo de Investimento - FI Energia	27.468	22.129
Fundo de Investimento - STA Energia	9.883	-
	<b>37.351</b>	<b>22.129</b>

As aplicações financeiras classificadas como investimentos de curto prazo referem-se ao Fundo Exclusivo FI – Energia e Fundo de Investimento STA Energia, e são remunerados em média por 90,83% e 153,45% do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020 (98,55% em 31 de dezembro de 2019)

## 6 Títulos e valores mobiliários

Instituição	Remuneração	31/12/2020	31/12/2019
BNDES	151,09 % do CDI	3.994	5.377

Referem-se à constituição de conta reserva definida no contrato de empréstimo da Companhia com o BNDES. Esta conta consiste na obrigação de manter, no mínimo, três prestações do financiamento retidas.

A Administração da Companhia optou em vincular o saldo da conta reserva a investimento em aplicação financeira Fundo Topázio, tendo como característica o baixo risco de crédito, referenciado em DI, no qual o rendimento consiste na variação de cotas mensais com remuneração variável em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

## 7 Contas a receber de clientes

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo Circulante</b>		
Suprimento de energia elétrica - Ambiente livre	20.243	11.671
Suprimento de energia elétrica - Mercado de curto prazo/CCEE	34.244	24.591
Suprimento de energia elétrica - Outros *	10.991	10.991
	<b>65.478</b>	<b>47.253</b>

\* Valor referente ao GFOM (Geração Fora da Ordem de Mérito) que está sendo discutido nas liminares de GSF(*Generation Scaling Factor*).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o montante em aberto no valor de R\$ 34.244 e R\$ 24.591, respectivamente, referem-se a contas a receber decorrentes da situação temporária da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE em função de liminares judiciais de geradoras, devido ao cenário hidrológico e seus impactos financeiros para as contratações do mercado livre ocorridas no período de 1º de julho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018. A Companhia entende não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim. A Companhia realizou este saldo subsequentemente, conforme divulgado na nota explicativa n.º 23.

## 8 Imobilizado

A composição e movimentação do ativo imobilizado é a seguinte:

Taxa média anual de depreciação	01/01/2019	Adições	31/12/2019	Adições	Transferências	Outros	31/12/2020
	Reapresentado		Reapresentado				
<b>Em serviço</b>							
Terrenos	0%	5.039	-	5.039	-	-	5.039
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	175.970	-	175.970	9	-	175.979
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias	2%	29.075	-	29.075	-	15.901	44.976
Máquinas e Equipamentos	3%	88.873	58	88.931	69	162	89.162
Veículos	14%	450	-	450	-	-	450
Móveis e Utensílios	7%	60	-	60	-	-	60
Direito de Uso sobre Arrendamento	22%	-	261	261	-	(1)	260
Em curso		163	15.900	16.063	-	(16.063)	-
<b>Total do custo do imobilizado</b>		<b>299.630</b>	<b>16.219</b>	<b>315.849</b>	<b>78</b>	<b>-</b>	<b>315.926</b>
<b>Depreciação</b>							
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(27.041)	(3.666)	(30.707)	(3.666)	-	(34.373)
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias		(7.756)	(1.132)	(8.888)	(1.132)	-	(10.020)
Máquinas e Equipamentos		(18.051)	(2.560)	(20.611)	(2.579)	-	(23.190)
Veículos		(283)	(61)	(344)	(53)	-	(397)
Móveis e Utensílios		(17)	(4)	(21)	(4)	-	(25)
Direito de Uso sobre Arrendamento		-	(58)	(58)	(58)	-	(116)
<b>Total da depreciação</b>		<b>(53.148)</b>	<b>(7.481)</b>	<b>(60.629)</b>	<b>(7.492)</b>	<b>-</b>	<b>(68.121)</b>
<b>Total do imobilizado líquido</b>		<b>246.482</b>	<b>8.738</b>	<b>255.220</b>	<b>(7.414)</b>	<b>-</b>	<b>247.805</b>

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não identificou indicativos de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado. A Companhia avaliou os impactos do COVID-19, atualmente disponíveis, em suas projeções e não observou impactos relevantes que resultassem em uma mudança significativa no cenário projetado para recuperabilidade dos ativos.

## 9 Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
		Reapresentado
Materiais e serviços	569	11.110
Retenção contratual	95	85
Compra de energia	1.272	312
Rebaixamento Hidrológico - GSF	81.045	59.748
	<b>82.981</b>	<b>71.255</b>

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui montante à pagar de R\$ 81.044 (R\$ 59.748 em 31 de dezembro de 2019) referente à exposição financeira frente o mecanismo de GSF, do período



de 1º de julho de 2015 a 7 de fevereiro de 2018, cujo pagamento estava suspenso em função de liminar obtida junto ao Superior Tribunal de Justiça (STJ). Conforme divulgado anteriormente na Nota explicativa 1.2. em 1º de dezembro de 2020, a ANEEL efetuou a regulamentação da Lei nº 14.052, estabelecendo a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas às geradoras participantes do MRE,. Desta forma, a Companhia procedeu atualização do saldo até 31 de dezembro de 2020, tendo efetuado liquidação subsequente deste montante, conforme divulgado na nota explicativa nº 23, tendo sido reconhecido a despesa financeira conforme nota explicativa nº 18.

## 10 Empréstimos e financiamentos

### a. O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante - Principal	
			Encargos	Principal	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
BNDES	15/01/2025	TJLP + 1,93%	111	9.687	9.798	9.836	29.870	39.558
BNDES	15/01/2025	TJLP + 2,22%	25	2.122	2.147	2.155	6.542	8.663
			<b>136</b>	<b>11.809</b>	<b>11.945</b>	<b>11.991</b>	<b>36.412</b>	<b>48.221</b>

### Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Em 11 de março de 2009, a Companhia celebrou o contrato nº 08.2.0975.1, cujo montante original financiado era de R\$ 114.647, corrigidos à Taxa de Juros de Longo Prazo -TJLP mais juros de 1,93% ao ano e com amortização inicial em 15 de julho de 2010.

Em 03 de agosto de 2010, a Companhia celebrou o contrato nº 10.2.0478.1, a título de pleito complementar de financiamento, cujo montante original financiado é de R\$ 27.716, corrigidos à TJLP mais juros de 2,22% ao ano. Tal contrato alterou a data inicial da primeira amortização para 15 de fevereiro de 2011, que ocorrerá em parcelas mensais, sendo o prazo de financiamento é de 168 meses e a última parcela com vencimento em 15 de janeiro de 2025. A Companhia dá ao BNDES em penhor os direitos emergentes a receita da Autorização ANEEL nº 139, de 06 de abril de 2004, e subsequentes alterações, além dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica - CCVE nº 090/2007, de 16 de outubro de 2007, firmado com a BRF Foods Brasil S/A.

Os contratos que a Companhia possui com o BNDES estabelecem condições restritivas que são: a de manter Índice de Capital Próprio (Índice de Capitalização) igual ou superior a 25% e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,2, apurados anualmente.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

### b. As movimentações de empréstimos, financiamentos e encargos de dívida são compostas da seguinte forma:

	31/12/2018	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2019	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2020
Moeda nacional									
BNDES	71.834	5.290	(11.803)	(5.109)	60.212	3.825	(11.808)	(3.872)	48.357
	<b>71.834</b>	<b>5.290</b>	<b>(11.803)</b>	<b>(5.109)</b>	<b>60.212</b>	<b>3.825</b>	<b>(11.808)</b>	<b>(3.872)</b>	<b>48.357</b>

### c. As parcelas relativas ao financiamento atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

2022	2023	2024	2025	Dívida Total
11.809	11.809	11.809	985	36.412

## 11 Impostos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de Renda Pessoa Juridica - IRPJ	1.389	366
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	768	304
Programa de Integração Social - PIS	396	119
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.828	555
Outros	6	143
	<b>4.387</b>	<b>1.487</b>

## 12 Provisões de constituição de ativo

	31/12/2018	Realização	31/12/2019	Realização	31/12/2020
<b>Circulante</b>					
Meio ambiente	129	(72)	57	-	57
Maquinas e Equipamentos	6.649	-	6.649	-	6.649
	<b>6.778</b>	<b>-</b>	<b>6.706</b>	<b>-</b>	<b>6.706</b>
<b>Não Circulante</b>					
Meio ambiente	4.031	-	4.031	-	4.031
	<b>4.031</b>	<b>-</b>	<b>4.031</b>	<b>-</b>	<b>4.031</b>

As provisões para constituição de ativo são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referentes à sua fase de implantação, para as quais os desembolsos financeiros ainda não foram totalmente liquidados. A contrapartida pela constituição dessas provisões foi registrada no ativo imobilizado.

Como parte do processo de licenciamento, a Companhia é obrigada a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades. A contrapartida dessas obrigações foram registradas no ativo imobilizado.

## 13 Provisão para contingências

A Administração realiza o cálculo dos valores a serem provisionados tomando como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento da administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas avaliadas como perda provável.

A Companhia leva em consideração, para divulgação em nota explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota, exceto por aquelas que, no entendimento da administração, sejam importantes para os negócios da Companhia, conforme melhor descrito adiante:

- (A) **Perda provável:** a Companhia figura como parte em demandas com probabilidade provável de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam consideradas relevantes para os negócios, a saber:

- (i) **Demandas Trabalhistas:** existe um (o mesmo em 31 de dezembro de 2019) processo judicial trabalhista, de valor em risco aproximado em R\$ 300 (R\$ 35 em 31 de dezembro de 2019)
- (B) **Perda possível:** embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2020 merecem destaques as seguintes demandas:
  - (i) **Demandas Tributárias:** não existem demandas judiciais ou administrativas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.
  - (ii) **Demandas Cíveis:** existe um (o mesmo em 31 de dezembro de 2019) processo judicial de natureza cível, de valor em risco aproximado de R\$ 71 (R\$ 63 em 31 de dezembro de 2019) e dois inquéritos civis, com valores inestimáveis.

Processo Judicial nº 10576193220188260100, movido pela Concessionária Nova Dutra em face da Queluz, em trâmite perante a 1ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo. Ação de obrigação de fazer visando à execução de obras para correção dos supostos danos nos aterros da rodovia Nova Dutra. O valor em risco aproximado de R\$ 71 (R\$ 63 em 31 de dezembro de 2019).

Inquérito cível nº 14073900010102019, movido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Queluz, em trâmite perante o GAEMA - Núcleo Vale do Paraíba. Trata-se de Inquérito Civil instaurado para apurar as condições de segurança da barragem e do dique da PCH Queluz. O valor em risco inestimável.

Inquérito cível nº 1909, movido pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em face da Queluz, em trâmite perante Promotoria de Justiça de Queluz. Trata-se de Inquérito Civil instaurado a partir de representação formulada pelos Coordenadores dos Comitês de Águas dos municípios de Queluz, Lavrinhas e Cruzeiro, em face da notícia de supostas irregularidades na construção de duas hidroelétricas (PCHs) na região. O valor em risco inestimável.

- (iii) **Demandas Trabalhistas:** atualmente existem dois (um em 31 de dezembro de 2019) processos judicial de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado de R\$ 21 (R\$ 300 em 31 de dezembro de 2019).
- (iv) **Demandas Arbitrais:** não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.
- (v) **Demandas Ambientais:** não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.
- (vi) **Demandas Regulatórias:** atualmente existem dois processos judicial de natureza regulatória, o valor em risco não pode ser estimado.
- (C) **Perda remota:** embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados e/ou divulgados de acordo com os pronunciamentos contábeis em

vigor, no período findo de 31 de dezembro de 2020 a Companhia destaca a seguintes demanda:

**(i) Demanda Arbitral:**

Processo 11.2020: a empresa Queluz celebrou contrato de fornecimento de energia, por meio do qual esta deveria fornecer, certa quantidade de energia por mês. Tal contrato foi cedido parcialmente a terceiro, que inadimpliu com suas obrigações de pagamento. Em razão de tais fatos, a Companhia ingressou com ação de execução contra a empresa cedente e a cessionária, as quais são solidariamente responsáveis pelas obrigações contratuais.

Tendo vista que o Contrato de Fornecimento de Energia possuía cláusula arbitral, a cedente, para poder apresentar seus embargos de devedor, instaurou um procedimento arbitral, requerendo o reequilíbrio do contrato ou sua resolução para todos os fins. Neste sentido, embora a Queluz figure no polo passivo desta arbitragem, é ela credora do Contrato de fornecimento de energia, sendo certo que a chance de perda desta arbitragem é apontada por nossos advogados como remota.

## 14 Partes relacionadas

### 14.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Os saldos em aberto provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas e os montantes reconhecidos no resultado são:

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
<b>Passivo circulante</b>			
Prestação de serviços - AF Energia S.A		26	25
Dividendos declarados aos acionistas		35.144	33.425
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/ AF Energia S.A		40	55
		<b>35.210</b>	<b>33.505</b>
<b>Passivo não circulante</b>			
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/ AF Energia S.A		115	156
		<b>115</b>	<b>156</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>			
<b><u>Custo - partes relacionadas</u></b>			
Prestação de serviços - AF Energia S.A	17	(313)	(302)
Compra de energia - Alupar Investimento S.A	17	(1.629)	(9.587)
Compra de energia elétrica - Ferreira Gomes Energia S.A	17	(265)	-
Compra de energia elétrica - Verde 08	17	(4)	-
		<b>(2.211)</b>	<b>(9.889)</b>

- a. As empresas que a Companhia mantém relacionamento são controladas pela Alupar Investimento S.A;
- b. A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A., que é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

## 14.2 Garantias

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2020
Alupar	01/02/2008	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES 08.2.0975.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	11/03/2009	15/01/2025	114.647	39.668
Alupar	21/07/2010	Conselho de Administração	Financiamento - BNDES 10.2.0478.1	Prestação de quaisquer garantias, inclusive caução de títulos, direitos creditórios, avais, fianças e penhor de ações	03/08/2010	15/01/2025	27.716	8.689

## 14.3 Remuneração da alta administração

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus a remuneração de valor equivalente a até 10% daquela devida à Diretoria. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a remuneração foi conforme segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Benefícios de curto prazo (a)	(963)	(643)
Remuneração do conselho	(38)	(40)
<b>Total</b>	<b>(1.001)</b>	<b>(683)</b>

- (a) Compostos por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

## 15 Patrimônio líquido

### Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é de R\$ 126.744, dividido em 96.782.146 (noventa e seis milhões, setecentos e oitenta e dois mil, cento e quarenta e seis) ações ordinárias, conforme segue:

	31/12/2020 e 31/12/2019	
	Quantidade	%
<b>Acionistas</b>		
Alupar Investimento S/A	66.615.409	68,83
Enixe Energias e Participações Ltda	28.658.400	29,61
Acionista pessoa física	1.508.337	1,56
<b>Total das ações</b>	<b>96.782.146</b>	<b>100,00</b>

A acionista controladora da Companhia é a Alupar Investimento S.A. (“Alupar”).

## Reservas de Lucros

### *a. Reserva legal*

5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

### *b. Lucros retidos*

Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

### *c. Dividendos*

Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante.

O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

	31/12/2020	31/12/2019
		Reapresentado
<b>Lucro líquido do exercício</b>	7.239	15.508
Reserva legal	(362)	(942)
<b>Subtotal</b>	<b>6.877</b>	<b>14.566</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	(1.719)	(4.475)
Reserva de lucros	(5.158)	(10.091)
<b>Saldo de lucros acumulados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

As destinações de 2019 foram mantidas, considerando os valores originalmente divulgados e aprovados através de Assembléia.

## 16 Receita operacional líquida

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Receita de geração de energia elétrica</b>		
Suprimento de energia - ambiente livre	46.156	62.359
Ajuste positivo CCEE	9.508	2.233
	<b>55.664</b>	<b>64.592</b>
<b>Deduções</b>		
PIS - Programa de integração social	(560)	(426)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(2.584)	(1.960)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(92)	(85)
	<b>(3.236)</b>	<b>(2.471)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>52.428</b>	<b>62.121</b>

## 17 Custos e despesas operacionais

Nota	31/12/2020		31/12/2019	
	Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
			Reapresentado	
<b>Não gerenciáveis</b>				
Encargos de uso da rede elétrica	(863)	-	(405)	-
	<b>(863)</b>	-	<b>(405)</b>	-
<b>Gerenciáveis</b>				
Energia comprada para revenda	(6.120)	-	(15.412)	-
Energia comprada para revenda - partes relacionadas	14.1	(1.898)	-	(9.587)
Doações, contribuições e subvenções	(21)	(1)	(21)	-
Seguros	(589)	(2)	(588)	-
Alugueis	(60)	(12)	(64)	(13)
Pessoal	(2.068)	(410)	(2.120)	(342)
Honorários da diretoria e conselho de administração	14.3	-	(1.001)	-
Material	(351)	(10)	(587)	(7)
Serviços de Terceiros	(583)	(1.090)	(907)	(632)
Serviços de Terceiros - partes relacionadas	14.1	(313)	-	(302)
Provisão para contingências	(265)	-	-	-
Outros impostos	(19)	(13)	(17)	(1)
Outros	(90)	12	-	-
	<b>(12.377)</b>	<b>(2.527)</b>	<b>(29.605)</b>	<b>(1.678)</b>
<b>Depreciação e Amortização</b>	<b>(7.434)</b>	<b>(58)</b>	<b>(7.421)</b>	<b>(75)</b>
	<b>(20.674)</b>	<b>(2.585)</b>	<b>(37.431)</b>	<b>(1.753)</b>

## 18 Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
		Reapresentado
<b>Receitas Financeiras</b>		
Receita de aplicações financeiras	1.186	2.630
Receita de Juros s/ Faturas a Receber	-	745
Outros	149	342
<b>Total</b>	<b>1.335</b>	<b>3.717</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(3.825)	(5.290)
Variação monetária GSF	(15.799)	(2.804)
Outros	(554)	(53)
<b>Total</b>	<b>(20.178)</b>	<b>(8.147)</b>
<b>Total Líquido</b>	<b>(18.843)</b>	<b>(4.430)</b>

## 19 Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2020		31/12/2019	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
			Reapresentado	
Suprimento de energia e Ajuste positivo	55.664	55.664	64.592	64.592
Receita de Juros s/ Faturas a Receber	-	-	745	745
Mudança para Regime de Competência em 2021 - Receita Diferida	30.009	30.009	-	-
	<b>85.673</b>	<b>85.673</b>	<b>65.337</b>	<b>65.337</b>
Presunção de lucro - 8% / 12%	<b>6.854</b>	<b>10.281</b>	<b>5.227</b>	<b>7.840</b>
(-) Quitado com provisão	-	-	-	-
Receita financeira	1.335	1.335	2.972	2.972
Outras receitas	11	11	-	-
Base de Cálculo IR e CS	<b>8.200</b>	<b>11.627</b>	<b>8.199</b>	<b>10.812</b>
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota de Adicional IRPJ	10%	-	10%	-
	<b>2.031</b>	<b>1.046</b>	<b>2.026</b>	<b>973</b>
Outros	4	6	-	-
<b>Total dos tributos correntes</b>	<b>2.035</b>	<b>1.052</b>	<b>2.026</b>	<b>973</b>
<b>LAIR</b>	<b>10.326</b>		<b>18.507</b>	
<b>Alíquota efetiva - Combinada</b>	<b>29,90%</b>		<b>16,20%</b>	

## 20 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

### Considerações gerais



A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

## 20.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	31/12/2020		31/12/2019		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>Reapresentado</b>						
<b>Ativo</b>						
Caixa	2.447	2.447	8	8	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	8.354	8.354	24.813	24.813	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Investimentos de curto prazo	37.351	37.351	22.129	22.129	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	3.994	3.994	5.377	5.377	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	65.478	65.478	47.253	47.253	-	Custo amortizado
	<b>117.624</b>	<b>117.624</b>	<b>99.580</b>	<b>99.580</b>		
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	82.981	82.981	71.255	71.255	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	48.357	48.357	60.212	60.212	-	Custo amortizado
	<b>131.338</b>	<b>131.338</b>	<b>131.467</b>	<b>131.467</b>		

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

## 20.2 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

### **Risco de crédito**

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

### **Risco de taxas de juros**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse

tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

### ***Risco de regulação***

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

### ***Risco Hidrológico***

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de água nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos.

### ***Risco de Descontratação***

Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas da Companhia estão vendidos para o ACL. A receita de geração está sujeita também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

### ***Risco de taxas de câmbio***

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

### ***Risco de liquidez***

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

### ***Análise de sensibilidade***

Com base no relatório FOCUS de 31 de dezembro de 2020, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas aplicações financeiras e nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para as aplicações financeiras em cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de impostos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Para os empréstimos em cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2020 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano					
Indexador	Posição em 31/12/2020 (*)	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
		1,69%	2,54%	3,38%	4,23%	5,07%	
Aplicações financeiras de liquidez imediata	CDI	8.354	141	212	282	353	424
Investimentos de curto prazo	CDI	37.351	631	947	1.262	1.578	1.894
Títulos e valores mobiliários	CDI	3.994	67	101	135	169	202

  

		Projeção Despesas Financeiras - Um Ano						
Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2020 (*)	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
			2,20%	3,29%	4,39%	5,49%	6,59%	
BNDES	TJLP +	1,93%	39.668	1.653	2.097	2.541	2.984	3.428
BNDES	TJLP +	2,22%	8.689	388	485	583	680	778

## 21 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. A Companhia reconheceu no resultado o montante de o valor de R\$ 585 em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 702 em 31 de dezembro de 2019.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições.

## 22 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2020.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional	1.573.269	368	18/06/2021
Risco de responsabilidade civil geral	500.000	234	18/06/2021
Seguro de veículos	100% Tabela Fipe	6	19/06/2021
<b>Total</b>	<b>2.073.269</b>	<b>608</b>	

## 23 Eventos subsequentes

Na liquidação financeira da CCEE realizada em 9 de março de 2021, a Companhia efetuou o pagamento dos valores em aberto referentes ao GSF (nota explicativa nº 9), no montante de R\$81.045, utilizando os valores a receber em aberto, no montante de R\$30.032, decorrentes da inadimplência pelas liminares do GSF (nota explicativa nº 7) para abater da saída de caixa. O pagamento dos valores do GSF em aberto também é uma das condições precedentes para a

repactuação do risco hidrológico. Adicionalmente até a dada divulgação destas demonstrações financeiras a Companhia não desistiu de suas liminares.

\* \* \*

**Contadora**  
**Patrícia N. S. Ferreira**  
CRC 1SP237063/O-2